**Projecto de Salvamento e Estudo de
Bracara Augusta –1998¹
Manuela Martins
Francisco Sande Lemos**

Nota prévia

Em 1995, na sequência da tomada de posse do Governo socialista, foi criado o Ministério da Cultura, dotado com uma estrutura orgânica específica, na área do património cultural. Posteriormente foram criados dois organismos: um com estatuto de Instituto Público, o IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico); outro o IPA (Instituto Português de Arqueologia), direcção de serviços autónoma, directamente dependente do Ministro da tutela.

Após o lançamento do IPA foi solicitado à generalidade dos arqueólogos que enquadrassem a sua actividade em projectos de investigação, formalmente expressos. Pedia-se, também, que os projectos já existentes, aprovados pelo ex-IPPC/IPPAR fossem reformulados, considerando que os textos "... apresentados anteriormente a 1998 deixam de ter validade..."².

Deste modo, a direcção científica do projecto de *Bracara Augusta* enviou ao IPA³ um projecto devidamente actualizado, o que aliás se justificava plenamente considerando a crescente dinâmica dos trabalhos⁴.

O projecto de salvamento e estudo de *Bracara Augusta*, tal como muitos outros, designadamente os que se candidataram a financiamento no âmbito do PNTA, foi apreciado por uma comissão, nomeada por despacho ministerial, comissão que integrou cinco arqueólogos independentes do IPA ⁵.

Distribuídos os processos pelos diferentes relatores, efectuou-se uma reunião conjunta, onde os pareceres respeitantes a cada projecto foram apreciados em conjunto.

De acordo com o ofício do IPA, datado de Junho de 1998 ⁶ o projecto de *Bracara Augusta* foi aprovado.

O documento subsequente é, pois, o texto básico e com valor legal, segundo o qual se desenvolve o estudo da cidade romana que deu origem a Braga.

Só por este motivo justificava-se a sua publicação.

Mas, também, porque a sua divulgação, permite a um público mais vasto conhecer a estrutura do projecto, a sua história, as suas principais linhas de actividade, os resultados já alcançados e os objectivos prioritários. Para a comunidade arqueológica e para todos aqueles que acompanham mais de perto o salvamento da urbe romana, ou para os que se interessam pela história da Arqueologia é documento importante.

Para efeitos de publicação na revista *Forum*, o texto foi cuidadosamente revisto, embora nos tenhamos limitado a pequenas correcções, eliminando erros de sintaxe e ortográficos, alterando algumas discordâncias, ou vírgulas, mal colocadas.

Por outro lado, inserimos algumas notas de rodapé, que não constavam do documento inicial e que o actualizam. Por exemplo, alguns mestrandos concluíram, entretanto, as suas teses, o que é assinalado, bem como outros aspectos considerados úteis.

Em suma, com a publicação do projecto nesta revista tanto os arqueólogos, como o público em geral, passam a dispor de uma peça essencial para a compreensão do modo como se desenvolve o universo do estudo de *Bracara Augusta*.

1

Introdução

O Projecto de Salvamento de *Bracara Augusta* nasceu em 1976, na sequência de uma iniciativa governamental destinada a salvar e preservar a zona arqueológica de Braga, ameaçada de destruição pela expansão urbanística de Braga que, nas décadas de 60 e 70, atingiu os terrenos da Colina de Maximinos correspondentes a praticamente metade da área ocupada pela antiga cidade romana.

Constituindo o primeiro projecto de Arqueologia Urbana no nosso país viveu, naturalmente, momentos complexos e diferenciados decorrentes de múltiplas dificuldades de ordem jurídica, institucional e financeira. Tais dificuldades viriam a impor diferentes estratégias e ritmos de intervenção arqueológica na cidade de Braga.

Tendo tido como filosofia inicial uma estratégia de salvamento, que envolveu iniciativas legislativas e um amplo trabalho arqueológico de salvamentos e emergências, bem como de prospecções geofísicas destinadas a delimitar a área da velha *Bracara Augusta*, o projecto viria a evoluir, na década de 80, integrando uma maior componente de investigação, centrada, sobretudo, no estudo do urbanismo, da arquitectura e do espólio. No entanto, e devido a um conjunto de conjunturas desfavoráveis, a componente de estudo científico teve que ser sistematicamente secundarizada em face da prioridade dos salvamentos e emergências, que nunca deixaram de pressionar os responsáveis do projecto.

Vinte e dois anos volvidos sobre o lançamento do projecto de *Bracara Augusta* este mantém características muito próprias, que o diferenciam claramente de qualquer outro projecto de Arqueologia Urbana no nosso país. De facto, ele é o único projecto de intervenção urbana que sempre possuiu uma direcção científica coerente e única, dependente de uma Universidade, assegurando, na prática, que as intervenções arqueológicas em Braga nunca fossem consideradas um mero registo do subsolo ameaçado pela construção, mal grado ter sido essa a tendência e filosofia de intervenção que viria a impor-se

nos novos projectos de Arqueologia Urbana no nosso país. Por essa razão o projecto de *Bracara Augusta* conseguiu manter, ao longo do seu difícil percurso, uma grande integridade e coerência, enquanto projecto misto, de salvamento e de estudo, facto que garantiu a preservação e organização dos registos e a sua fácil manipulação para qualquer trabalho científico. Por outro lado, foi a existência de uma direcção científica única e o carácter misto do projecto que permitiram, na realidade, que as ruínas de *Bracara Augusta* não viessem a ser sistematicamente sacrificadas ao crescimento urbano, como aconteceu em muitas cidades históricas onde as intervenções urbanas foram e são consideradas um mero problema de salvamento. Malgrado todas as dificuldades burocráticas e algumas destruições inúteis, determinadas pela inoperância dos serviços competentes, designadamente do ex-IPPC, Braga pode hoje orgulhar-se de possuir um dos patrimónios arqueológicos urbanos melhor conservado, ainda que não completamente valorizado, por falta de financiamento apropriado, a par de uma área de reserva arqueológica, classificada como zona *non aedificandi*.

Explicitam-se, de seguida, o contexto de criação e desenvolvimento do Projecto de *Bracara Augusta*, os seus objectivos gerais, os resultados já atingidos, a equipa e a programação de intervenções para os próximos três anos.

2 Historial do Projecto

2.1 Enquadramento jurídico

A intervenção do I Governo Constitucional no salvamento de *Bracara Augusta* acabaria por traduzir-se, logo em 1976, na promulgação de leis aptas a proteger as áreas arqueológicas de Braga, previamente definidas, e na criação de uma equipa permanente, capaz de acorrer a situações de emer-

gência. Foram então criados um **Grupo Executivo Interministerial** ⁷, encarregado de elaborar um estudo de conjunto sobre a situação dos terrenos arqueológicos de Braga e o **Campo Arqueológico de Braga**, que passou a intervir de forma activa em salvamentos e emergências, dentro da área urbana.

As acções conjugadas do Grupo Executivo e do Campo Arqueológico permitiram, ainda em 1976, a publicação de um conjunto de medidas legislativas – **empenhando diferentes Ministérios** – tendentes a salvaguardar os vestígios da cidade romana e, simultaneamente, a desbloquear a situação de impasse no desenvolvimento urbanístico, criado pela presença de ruínas em várias zonas da cidade.

Aquelas medidas legislativas possibilitaram:

- a definição de uma Zona de Protecção Especial, com validade por um ano (Dec. Lei 640/76 de 30 de Julho de 1976), alterada em 1977 (Dec. Lei 65/77 de 30 de Julho) e válida, ainda em 1978, pela publicação do Dec. Lei 65/78 de 8 de Julho;
- a criação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, que se responsabilizou pela direcção técnica e científica das escavações em Braga;
- a atribuição àquela Unidade de verbas para manutenção de uma equipa que assegurasse as necessárias escavações;
- a aquisição, por troca, dos terrenos da Colina de Maximinos, onde se situam hoje as ruínas da Termas romanas e se situava a chamada “Praia das Sapatas”, área que viria a ser arrasada, em 1991.

Todavia, a legislação acima referida enfermava dum carácter provisório que obrigava a reformulações e prorrogações anuais, as quais cedo se revelaram difíceis de obter, entre outros motivos, pelas então constantes mudanças de Governo. De qualquer modo, até 1979, a referida legislação foi reformulada e prorrogada por sucessivos decretos-lei e, assim, salvaguardada uma área bastante significativa da antiga cidade romana.

A partir de 1980 tal área ficou totalmente desprovida de protecção legal por não ter voltado a ser prorrogado o Dec. Lei que criara a Zona de Protecção Especial (ZPE).

Para obviar a esta conjuntura de eminente risco e com base no conhecimento entretanto adquirido sobre a distribuição das ruínas de *Bracara Augusta*, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho iniciou, em 1980, uma série de reuniões, que culminaram na elaboração de um ante-projecto de Decreto-Lei que criaria uma **Zona Arqueológica de Braga**, com a respectiva legislação cautelar, protegendo o subsolo. Este ante-projecto mereceu a aprovação de várias entidades, incluindo da própria Câmara de Braga, tendo sido entregue, em 1981, ao Secretário de Estado da Cultura, Dr. Bráz Teixeira. O texto, aprovado com ligeiras alterações pela Comissão Nacional Provisória de Arqueologia, mereceu um despacho de concordância do Secretário de Estado da Cultura, que o remeteu à Assessoria Jurídica do IPPC. O novo projecto, elaborado por aquela instância, com base no anterior e apenas concluído em 1984, não viria, contudo, a obter o acolhimento favorável da autarquia, o que bloqueou, por completo, a criação de uma legislação cautelar para os terrenos arqueológicos de Braga, abrangidos por Planos Urbanísticos datados dos anos 50 e 60, os quais não tinham em conta a riqueza do subsolo arqueológico de Braga.

Em 1984, por pressão da CMB junto do IPPC e por despacho do Ministro da Cultura chegou a ser proposta a compra de lotes na Colina de Maximinos, através da Direcção Geral do Património do Estado, chegando mesmo a ser feita uma avaliação dos mesmos. Paradoxalmente, esta avaliação não teve qualquer seguimento, nem o ex-IPPC mais se preocupou com os terrenos arqueológicos de Braga.

A ausência de legislação protectora, a inexistência de um novo plano de urbanização e a transferência de boa parte dos terrenos arqueológicos, anteriormente na posse da banca nacionalizada, para particulares, acabou por fazer vingar o Plano de Urbanização datado de 1965, o que significou, na prática, uma ameaça sistemática para os vestígios ainda conservados da cidade romana de *Bracara Augusta*.

Na impossibilidade de se proteger uma área arqueológica extensa e consequente, os responsáveis pelo projecto de *Bracara Augusta* decidiram propor a classificação dos vestígios já escavados, como forma de salvaguardar o seu enquadramento. Nesta iniciativa se insere a classificação, como imóveis de interesse público, das ruínas das Carvalheiras, de um troço da muralha romana na Quinta do Fajal e a classificação como Monumento Nacional das Termas do Alto da Cidade, pelo **Dec. Lei 1/86** de 3 de Janeiro. A definição de uma área de protecção especial a este último monumento tardou dois anos a traduzir-se em diploma legal, vindo finalmente a materializar-se pela **Portaria 214/88** de 11 de Abril. Na prática, a definição desta área de protecção constituiu o único meio de salvaguardar parte do rico subsolo arqueológico da Colina do Alto da Cidade, falhadas que foram todas as anteriores iniciativas. Tornava-se, contudo, indispensável regulamentar esta área de protecção. Mais uma vez, a regulamentação proposta pelos arqueólogos tardou a ver a luz do dia. Três longos anos passaram até que a **Portaria 861/91** consignasse, finalmente, dentro do perímetro especial de protecção das Termas Romanas, uma Zona de Construção Condicionada e uma Zona *non aedificandi*.

Esta última regulamentação desencadeou os apetites construtivos sobre os terrenos arqueológicos de Braga, pois os proprietários de terrenos na zona de construção condicionada, possuidores de loteamentos aprovados ao abrigo do plano de urbanização de 1965, solicitaram, em avalanche, autorizações de construção, tendo sido brindados com a figura do “deferimento tácito”, por falta de resposta em tempo devido. Toda aquela área viria, assim, a desaparecer irremediavelmente, sem ter sido possível qualquer intervenção arqueológica prévia, que salvaguardasse, pelo menos, o registo da informação.

As destruições do subsolo arqueológico de Braga, ocorridas nos inícios de 90, acabaram por ter amplo eco na comunicação social. E, se esta não alterou o posicionamento do organismo de tutela em relação a *Bracara Augusta*, teve pelo menos a vantagem de alterar o postura do município. Assim, acabou por ser criado, em 1992, um Gabinete de Arqueologia no âmbito do Centro Histórico, que passou a controlar todas as situações de emergência, bem como a acompanhar as múltiplas obras que, no perímetro urbano, têm incidência sobre o subsolo. Perante a possibilidade de ser também sacrificada

a zona *non aedificandi* da Colina de Maximinos, a Câmara Municipal acabaria por adquirir aqueles terrenos, salvaguardando-os de construção. Finalmente, o Plano Director Municipal impôs medidas cautelares a áreas arqueológicas dentro do perímetro urbano, definindo, noutros casos, algumas pequenas zonas de reserva arqueológica, onde apenas poderão ser construídos equipamentos de superfície.

2.2

Enquadramento arqueológico

Desde a sua criação, em 1976, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, através dos responsáveis pelo Projecto de *Bracara Augusta*, procurou, por um lado, dar resposta às múltiplas situações de emergência, resultantes da inexistência de um enquadramento jurídico conveniente e, por outro, contribuir de forma activa para a sua formulação, fornecendo ao ex-IPPC e ao IPPAR as informações e propostas necessárias. Esforçou-se, igualmente, por proporcionar à Câmara Municipal, bem como a outras entidades, os elementos indispensáveis para a criação de um **Plano de Urbanização para a Zona Arqueológica**, que salvaguardasse as ruínas e permitisse a criação de equipamentos que não afectassem o subsolo. Paralelamente, procurou estudar e divulgar os resultados das intervenções que foi realizando.

Considerando o enunciado no ponto anterior é fácil perceber que o salvamento e estudo de *Bracara Augusta* constituíram sempre aspectos indissociáveis deste Projecto, ao longo dos seus vinte e dois anos de vida. No entanto, sempre se entendeu que a intervenção conjunta da autarquia e do IPPC/IPPAR no processo seriam suficientes para assegurar uma crescente diminuição das intervenções de emergência, facto que facilitaria, naturalmente, a aceleração do estudo científico da cidade romana. Foi aliás esse o espírito que esteve presente na formalização do **Projecto de Salvamento e Estudo de Bracara Augusta**, aprovado, em 1981, pela ex-Comissão Nacional Provisória de Arqueologia, no qual os seus então dois responsáveis (Manuela

Delgado e Francisco Sande Lemos) definiam uma série de prioridades para aquele estudo, designadamente no âmbito do urbanismo, da arquitectura, do estudo das necrópoles e dos materiais.

No entanto, a indefinição jurídica e urbanística de *Bracara Augusta* e da sua Zona Arqueológica acabaria por constituir um sério obstáculo a um programa ditado por prioridades científicas, considerando a ocorrência sistemática de intervenções de urgência, os prazos limitados e as pressões das entidades construtoras, públicas e privadas.

De facto, só após a criação do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, em 1992, que passou a encarregar-se, prioritariamente, dos salvamentos e emergências na zona do Centro Histórico, determinados pela sua revalorização e a impor condicionantes aos novos projectos imobiliários na área ocupada pela antiga cidade romana, foi possível à Unidade de Arqueologia redimensionar as prioridades do Projecto de *Bracara Augusta*.

Desde então, definiu-se como prioridades do projecto o estudo sistemático dos edifícios e conjuntos de ruínas, cuja coerência permitisse uma adequada publicação, como acontece com a *insula* das Carvalheiras e com as Termas do Alto da Cidade, a par da realização de escavações programadas em zonas-chave de interesse científico, estabelecidas a partir da análise do significado arqueológico do conjunto dos dados obtidos até ao momento.

Se o cumprimento do primeiro dos objectivos acima delineados implicava um faseamento de escavações destinadas a concluir o estudo dos edifícios e, naturalmente, um financiamento compatível, encontrando-se ainda em curso, já o segundo objectivo não foi sequer materializado em qualquer intervenção, pois depende de meios financeiros que o projecto nunca conseguiu ver garantidos.

No entanto, e apesar das múltiplas dificuldades encontradas, foi possível ir alcançando alguns dos objectivos científicos enunciados para o Projecto, que se apresentam de seguida.

3 Objectivos do projecto

3.1 Objectivos iniciais e resultados atingidos

Como seria de prever os objectivos do Projecto de *Bracara Augusta* foram evoluindo ao longo dos anos, quer porque alguns foram sendo concretizados, quer porque o próprio avanço dos conhecimentos permitiu reformular as questões que inicialmente se colocavam ao estudo da Braga romana. Por essa razão faremos de seguida uma resenha dos sucessivos objectivos que foram sendo definidos, bem como dos principais resultados atingidos.

Os objectivos gerais propostos, em 1981, para o Projecto de *Bracara Augusta* centravam-se em quatro grandes domínios:

1. Definição do traçado urbano da cidade romana;
2. Caracterização da arquitectura de *Bracara Augusta*, a partir dos vestígios e edifícios detectados;
3. Identificação do traçado da muralha romana, sugerido pelos investigadores dos séculos XVIII e XIX;
4. Localização e caracterização das necrópoles.

Podemos considerar que qualquer destes domínios mereceu a atenção dos responsáveis, facto que se traduziu, quer na realização de intervenções, quer em estudos, alguns dos quais já publicados.

O nível de concretização destes objectivos é naturalmente diferenciado. Quanto ao primeiro, podemos considerar que foram dados passos significativos no conhecimento do traçado da cidade, como resultado da interpretação de alinhamentos de muros, arruamentos e *cloacas*, que permitiu estabelecer o traçado hipodâmico de *Bracara Augusta*, bem como definir as dimensões das *insulae* da parte norte da urbe. A extensão deste modelo à área total da cidade romana, tem vindo a ser sistematicamente confirmada em várias

intervenções de salvamento, efectuadas nos últimos anos. Tratando-se de um desiderato em parte já concretizado ele continua, no entanto, a constituir um dos objectivos científicos norteadores deste projecto, na medida em que terão que ser definidos os limites da área modulada. Prosseguem, entretanto, os estudos destinados a datar com rigor o traçado ortogonal, que admitimos (com base num conjunto de argumentos já enunciados em várias publicações), corresponder à época de Augusto. Trata-se de um dos aspectos de *Bracara Augusta* que tem merecido mais ampla divulgação, quer nacional, quer internacional.

O segundo objectivo relacionado com o estudo da arquitectura tem igualmente merecido a atenção dos responsáveis do projecto, ainda que represente uma área difícil, atendendo ao estado das ruínas encontradas e aos sucessivos saques a que estiveram sujeitas, o que não facilita a reconstituição das fachadas, por ausência de elementos de arquitectura conservados. Por outro lado, a reconstituição arquitectónica só pode fazer-se após o termo das escavações dos edifícios, exigindo, naturalmente, a análise de conjuntos coerentes. Neste momento estão em curso estudos específicos relativos à arquitectura do edifício das Termas do Alto da Cidade e do conjunto habitacional das Carvalheiras, bem como um outro relativo aos sistemas e materiais de construção romanos, que se prevê venham a estar concluídos entre finais de 1998 e inícios de 1999.

O estudo da muralha romana, referida nos escritos dos eruditos bracarenses, tem vindo a ser realizado desde 1982. Possuindo um perímetro bastante lato, a sua análise tem sido possibilitada por um conjunto de escavações de salvamento, efectuadas na periferia do quadrante sudeste da cidade romana, na chamada Quinta do Fujacal e, mais recentemente, na zona da Sé Catedral. Graças a este conjunto de intervenções dispomos hoje de alguns dados significativos relativamente ao traçado da muralha tardia de Braga, a maior parte dos quais ainda inéditos.

Dos quatro objectivos enunciados o último foi o único plenamente concretizado. Com efeito, a circunstância de termos podido intervir num conjunto diversificado de áreas periféricas da cidade, não só permitiu identificar as necrópoles mais importantes, como caracterizá-las do ponto de vista crono-

lógico e dos rituais representados. Assim, sem prejuízo de futuras intervenções, que possam vir a realizar-se em áreas ainda conservadas com sepulturas, designadamente no subsolo de algumas praças de Braga, podemos considerar que as necrópoles já não constituem um objectivo prioritário do estudo de *Bracara Augusta*.

Dos objectivos gerais enunciados, que se relacionavam com a caracterização da topografia e urbanismo de *Bracara Augusta* persistem hoje os dois primeiros, sendo contudo de destacar a definição de outros.

3.2

Objectivos presentes

O avanço dos conhecimentos propiciado pelas escavações e interpretação dos resultados permite hoje definir três grandes grupos de objectivos científicos gerais e estratégicos para o Projecto de *Bracara Augusta*, que incluem outros mais específicos a atingir a curto e médio prazo através de um conjunto de intervenções e estudos programados. Estes objectivos de ordem científica relacionam-se com o estudo do Urbanismo, da relação cidade-campo e da vida económica da cidade, com base nos seus materiais.

No entanto, não esquecendo que o Projecto de *Bracara Augusta* constitui e constituirá sempre um projecto misto com uma componente de salvamento, forçoso é que se assuma que os objectivos enunciados não são únicos. Eles deverão ser vistos como linhas norteadoras e programáticas da investigação em *Bracara Augusta*, que implicam, também, a montante, um outro grande objectivo que é o desenho de um modelo integrado da gestão dos dados recolhidos.

3.2.1

Objectivos científicos estratégicos

1. Estudo do Urbanismo

1.1. Recuperação da topografia antiga da cidade romana (a realizar);

- 1.2. Definição dos limites da malha urbana;
- 1.3. Identificação das características da arquitectura pública e privada (em curso):
 - 1.3.1. Conclusão do estudo do edifício público das Termas do Alto da Cidade (em curso);
 - 1.3.2. Conclusão do estudo da *insula* das Carvalheiras (em curso);
- 1.4. Identificação do sistema de distribuição de água à cidade (em curso);
- 1.5. Definição da rede de saneamento (a realizar);
- 1.6. Confirmação da localização do *Forum* (a realizar).

2. Estudo da relação cidade-campo

- 2.3. Estudo dos recursos e matérias primas usados na construção
 - 2.1.1. Identificação das pedreiras de abastecimento da cidade, em diferentes épocas construtivas (em curso);
 - 2.1.2. Identificação das fontes de abastecimento hídrico à cidade (em curso).
- 2.2. Estudo do antigo cadastro da região envolvente de Braga e da ocupação sub-urbana (em curso).

3.2.2

Estudo da vida económica da cidade:

produção artesanal; importações e circulação monetária

1. Identificação dos fabricos locais de louça comum (em curso);
2. Identificação das áreas de abastecimento de cerâmicas finas importadas (em curso);
3. Estudo dos contentores anfóricos e produtos importados (em curso);
4. Estudo da circulação monetária no Alto e Baixo Império (em curso).

3.2.3

Objectivos de gestão e divulgação da informação

1. Implementação de um sistema de informação geográfica para o Projecto de *Bracara Augusta* (em preparação)

Organização de uma base de dados geo-referenciada de todos os registos das escavações;

Desenvolvimento de instrumentos informáticos para a gestão e investigação sobretudo ao nível do desenho assistido por computador.

2. Divulgação da Informação

- 2.1. Edição monográfica dos principais conjuntos escavados (em preparação).
- 2.2. Edição electrónica de informação sobre *Bracara Augusta* ⁸.

4

Equipa

O Projecto de *Bracara Augusta* é um projecto inter-institucional, que reúne a colaboração da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, do Museu D. Diogo de Sousa e do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga. No entanto, a direcção científica do Projecto cabe, por decisão governamental, desde 1976, à Universidade do Minho.

Presentemente, e devido ao natural crescimento do volume de trabalhos, a direcção científica e técnica do Projecto de *Bracara Augusta* é assegurada por uma equipa de seis arqueólogos que garantem a coordenação de diferentes acções de campo e gabinete.

Descriminam-se, de seguida, os elementos da equipa, de acordo com as suas funções.

Responsáveis científicos ⁹

Francisco de Sande Lemos (desde 1977) (UAUM)

Manuela Delgado (desde 1978) (UAUM)

Manuela Martins (desde 1988) (UAUM)

Armandino Cunha (desde 1993) (GACMB)

Luís Fontes ¹⁰ (desde 1997) (UAUM)

José Manuel Freitas Leite ¹¹ (desde 1997) (UAUM)

Equipa de escavação (permanente)

UAUM (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho)

Francisco de Sande Lemos (coordenador)

Luís Fontes (coordenador)

José Manuel Freitas Leite (coordenador)

Rute Alexandra Silva (arqueóloga-colaboradora)

Mário Rui Cruz (arqueólogo-colaborador)

Eurico Machado (técnico auxiliar)

GACMB (Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga)

Armandino Cunha (coordenador)

Teresa Fonseca (técnico superior) ¹²

José Rui de Sousa (técnico auxiliar)

Ricardo Almeida (técnico auxiliar)

João Matos (auxiliar-técnico)

Alberto Varela (auxiliar-técnico)

António Barbosa (auxiliar-técnico)

MDDS (Museu de D. Diogo de Sousa)

Maria Felismina V. Boas (técnica auxiliar)

Equipa de topografia e desenho

UAUM

Quenor Rocha (topógrafo/desenhador)

Alfredo Barbosa (desenhador)

Paula Virgínia Góis (desenhadora-colaboradora)

MDDS

Amélia Fernandes (desenhadora)

Equipa de fotografia (permanente)

Manuel Santos (MDDS)

Maria Perpétua Ferreira (MDDS)

Equipa de tratamento de espólio (permanente)

Maria Clara Lobo (MDDS)

Amélia Silva (MDDS)

Palmira Ramoa (MDDS)

Equipa de estudo de materiais (variável)

Manuela Delgado (UAUM) (coordenadora)

Armandino Cunha (GACMB) (*sigillata clara*)

Rui Manuel Morais (mestrando) ¹³ (ânforas)

Alexandra Gaspar (mestranda) (cerâmica medieval)

Ana Maria Marques Gomes (mestranda) (cerâmica comum romana)

Maria José P. Jesus (mestranda) (cerâmica comum romana)

Luís Manuel Amaral (mestrando) (moedas)

Arquitectura (variável)

Manuela Martins (UAUM) (coordenadora)

Theodor Hauschild (consultor)

Mário Dias Mesquita (mestrando)

José Rui Coelho da Silva (mestrando)

Paula Araújo Pereira da Silva (mestranda)

Maria da Assunção Neves (mestranda)

SIG (variável)

Manuela Martins (UAUM) (coordenadora)

Pedro Rangel Henriques (D.I.U.M.) (consultor)

Carlos Dantas Giestal (UAUM) (engenheiro sistemas)

Montserrat Fonticoba (UAUM-colaboradora) (operadora CAD)

Maria do Carmo Ribeiro(UAUM-colaboradora) (operadora DB)

Josélia Maria Martins (UAUM-colaboradora) (operadora DB)

Isabel Maria Silva (UAUM-colaboradora) (operadora CAD)

Cândido Araújo (UAUM-colaborador) (operador CAD)

5 Programação de trabalhos

Qualquer programação de acções no âmbito de um projecto com as características enunciadas está fortemente condicionada, quer pelo número de intervenções de salvamento que venham a ser realizadas, quer pelo financiamento que vier a ser concedido pelo IPA ao projecto para a investigação, uma vez que esta não pode ser coberta pelo financiamento que é concedido aos salvamentos. Neste sentido, e mal grado a natureza dos constrangimentos enunciados, é possível estabelecer a seguinte programação de acções:

1998

Escavações:

- conclusão da escavação do edifício das Termas do Alto da Cividade (dependente de financiamento);
- conclusão da escavação da *insula* das Carvalheiras (dependente de financiamento).

Informatização:

- conclusão da informatização dos dados das escavações das Termas e Carvalheiras.

Estudos e desenho:

- prosseguimento do estudo e desenho dos materiais das Termas e Carvalheiras (dependente de financiamento);
- conclusão da interpretação arquitectónica dos edifícios das Termas e Carvalheiras;

Publicações:

- preparação da publicação preliminar de escavações realizadas nos últimos 7 anos em Braga.

1999

Escavações:

- prospecção do *Forum* romano.

Informatização:

- prosseguimento da informatização (ex-Albergue Distrital; Antigas Cavalaria-riças);

Estudos e desenho:

- conclusão do estudo dos materiais das Termas e Carvalheiras;
- preparação para publicação das escavações do ex-Albergue Distrital e Antigas Cavalaria-riças.

Publicações:

- é previsível a conclusão, em 1999, de vários estudos sobre *Bracara Augusta* que se encontram em curso no âmbito da elaboração de teses de Mestrado em Arqueologia.

2000

Informatização:

- prosseguimento da informatização.

Publicações:

- publicação da monografia das Carvalheiras;
- publicação da monografia das Termas;
- publicação de várias sínteses sobre diferentes materiais de Braga.

Observação: prevendo-se a realização das comemorações do Bimilenário de Braga, no ano 2000, é possível que além das acções enunciadas, outras venham a ser concretizadas.

6

Estudos em curso ¹⁴

Fornece-se, de seguida, uma listagem dos estudos que se encontram em curso no âmbito da execução de dissertações de Mestrado em Arqueologia, relacionados com o Projecto de *Bracara Augusta*:

"A *sigillata* clara de *Bracara Augusta*", da responsabilidade do licenciado Armandino Cunha (conclusão prevista 1998/99);

"Contribuição para o estudo das cerâmicas dos sécs. V/VI d.C. de Braga", de Maria Alexandra de Medeiros Lino Gaspar (conclusão prevista 1998/99);

"Contribuição para o estudo da cerâmica comum romana Alto Imperial de *Bracara Augusta* – A Cerâmica Cinzenta Fina Polida", de Maria José Padinha Sequeira de Jesus (conclusão prevista 1998/99);

"A cerâmica pintada de *Bracara Augusta* – Tipologia, Cronologia e Tecnologia", de Ana Maria Marques Gomes (conclusão prevista 1998/99);

"As ânforas de *Bracara Augusta*: importações e produtos locais", de Rui Manuel de Sousa Morais (conclusão prevista 1998) ¹⁵;

"*Bracara Augusta*: um passado em contexto urbano. Problemática da mediatização da informação arqueológica" de Maria Felisbela Dias Antunes. (conclusão prevista 1998/99);

"As moedas das Carvalheiras: cronologia e contextualização", de Luís Manuel Gomes de Amaral. (conclusão prevista 1999);

"A memória como construção de imagens: Identidade formal no conjunto religioso de S. Martinho de Dume (edifício cristão antigo do séc. VI e ampliação Alto medieval (sécs. X/XI)", de Maria Armada Ferreira de Abreu. (conclusão prevista 1998/99).

"A *insula* das Carvalheiras. Espaço, tempo e identidade urbana", de José Rui Coelho da Silva. Conclusão prevista 1998/99;

"*Bracara Augusta* revisitada. As termas públicas do Alto da Cidade", de Paula Araújo Pereira da Silva. Conclusão prevista 1998/99;

“Sistemas e materiais romanos de *Bracara Augusta*”, de Mário Dias Mesquita (conclusão prevista 1999);

“A evolução urbana de *Bracara Augusta*”, de Maria da Assunção Bandeira Neves (conclusão prevista 1999);

“Sistemas de Informação Geográfica para a Arqueologia Urbana: o caso de *Bracara Augusta*”, de Carlos Dantas Giestal. (conclusão prevista 1998)¹⁶.

Nota complementar:

Na sequência da terceira versão do Mestrado de Arqueologia (ano lectivo de 1997-1998) estão previstas as seguintes teses:

- “*Materiais de arquitectura de Bracara Augusta*” da responsabilidade de Ana Luísa Amaral Varela de Freitas;
- “*A muralha romana de Bracara Augusta*” de José Manuel de Freitas Leite;
- “*Os vidros romanos de Bracara Augusta*” de Mário Rui Mendes Dias da Cruz;
- “*Contribuição para o estudo da cerâmica comum romana de Bracara Augusta*” de Rute Alexandra Palmeirão da Silva;
- “*Reconstituição virtual de ambientes arqueológicos: o caso de Bracara Augusta*” de Paulo José Correia Bernardes;
- “*Materiais de construção em Bracara Augusta: litologia e fontes de aprovisionamento*” de Isabel Maria Martins de Sousa e Silva;
- “*Objectos diversos de Bracara Augusta. Contribuição para uma análise do quotidiano*” de Josélia Maria Dias Martins;
- “*Contribuição para o estudo das sigillatas hispánicas tardias de Bracara Augusta*” de Maria Monserrat Barrero Fonticoba.

7

Publicações referentes ao Projecto de
Bracara Augusta (1976-1996):¹⁷

- ALARCÃO, J. (1975-76). Campo Arqueológico de Braga, *Humanitas*, 27-28, Coimbra, pp. 272-274.
- ALPOIM, N. (1994). Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga: relato de uma experiência, *Bracara Augusta*, 45 (97), Braga, pp. 15-18.
- ALVES, F. M. (1978). O salvamento de Bracara Augusta: 2 – Cartografia e nomenclatura arqueológica, *Minia*, 2.ª série, 1 (1), Braga, pp. 45-58.
- ALVES, F.; H. B. Nunes; F. S. Lemos; E. P. Oliveira (1977). O Salvamento de Bracara Augusta: 1 – O campo arqueológico da Universidade do Minho (Braga). Breve história, organização e objectivos, *O Arqueólogo Português*, 3.ª série, 7/9, Lisboa, pp. 416-423.
- DELGADO, M. (1984). Sepultura romana encontrada junto ao largo Carlos Amarante, *Lucerna*, Volume de Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, Porto, pp. 179-196.
- DELGADO, M. (1985). Marcas de oficinas de *sigillatas* encontradas em Braga, I, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 2, Braga, pp. 9-40.
- DELGADO, M. (1987). Notícia preliminar sobre o salvamento no quarteirão da Rua Gualdim Pais, *Cadernos de Arqueologia*, II, 4, Braga, pp. 187-199.
- DELGADO, M. (1988). Contribuição para o estudo das cerâmicas romanas tardias do Médio Oriente encontradas em Portugal, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga, pp. 35-49.
- DELGADO, M. e L. dos Santos (1984). Marcas de oficinas de *sigillatas* encontradas em Braga, I, *Cadernos de Arqueologia*, II, 1, Braga, 49-70.
- DELGADO, M.; L. A. T. Dias; F. S. Lemos e A. Gaspar (1984). Intervenções na área urbana de *Bracara Augusta* (1983), *Cadernos de Arqueologia*, II, 1, Braga, pp. 95-106.

- DDO, M. e F. S. Lemos (1985). Zona das Carvalheiras. Notícia das campanhas de escavação de 1984 e 1985, *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, Braga, pp. 159-176.
- DDO, M. e A. Gaspar (1986). Intervenção arqueológica na Zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga), *Cadernos de Arqueologia*, II, 3, Braga, pp. 151-167.
- DDO, M. e F. S. Lemos (1986). Zona das Carvalheiras: notícia da campanha de escavação de 1985, *Cadernos de Arqueologia*, II, 3, Braga, pp. 151-167.
- DDO, M.; F. S. Lemos e M. Martins (1987). Escavações de emergência na necrópole romana da Cangosta da Palha, *Cadernos de Arqueologia*, II, 4, Braga, pp. 179-186.
- DDO, M. e M. Martins (1988). Intervenção arqueológica na Zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga), *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga, pp. 79-93.
- DDO, M.; M. Martins e F. S. Lemos (1989). Dossier – Salvamento de Bracara Augusta, *Forum*, 6, Braga, pp. 3-41.
- DDO, M.; M. Martins e F. S. Lemos (1990). *Bracara Augusta. Roteiro Arqueológico*, Braga.
- GR, A. (1985). Escavações arqueológicas na Rua de N. Sra. do Leite, em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, Braga, pp. 51-125.
- GR, A.; M. Delgado; F. S. Lemos (1986). O Salvamento de Bracara Augusta, Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, Setúbal, *Trabalhos de Arqueologia*, 3, Lisboa, pp. 27-42.
- LF, M. S. (1997). Contribuição para a localização do centro de produção da cerâmica "dita" Bracarense, Braga (tese de Mestrado policopiada).
- L, F. S.; M. Delgado e M. Martins (1988). Sondagens arqueológicas no Largo do Paço, Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga, pp. 69-78.
- L, F. S. (1989). Livro vermelho do património arqueológico: Bracara Augusta, *Forum*, 6, Braga, pp. 115-116.

- LEMOS, F. S. (1989). Livro vermelho do património arqueológico português: a Fonte do Ídolo em Braga, *Forum*, 5, Braga, pp. 114-115.
- LEMOS, F. S. (1990). Livro Negro do património arqueológico: Braga, Rua Francisco Sanches, *Forum*, 8, Braga, pp. 148-149.
- LEMOS, F. S. (1991). Dossier *Bracara Augusta* – destruição: I – Notícias da Imprensa, *Forum*, 9/10, Braga.
- LEMOS, F. S. (1992). Património Arqueológico II, *Forum*, 8, Braga, pp. 146-158.
- LEMOS, F. S. (1996). Entre 1976 e 1996: breve evocação de duas décadas de actividade arqueológica em Braga, *Forum*, Braga, pp. 49-56.
- LEMOS, F. S.; M. Martins e M. Delgado (1995). À descoberta de Bracara Augusta: um projecto de Arqueologia Urbana no Norte de Portugal, *Forum*, 17, Braga, pp. 53-60.
- MARTINS, M. (1988). Moldes de sítulas com decoração geométrica encontrados em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga, pp. 23-33.
- MARTINS, M. (1991-92) *Bracara Augusta*: a memória de uma cidade, *Cadernos de Arqueologia*, II, 8/9, Braga, pp. 177-197.
- MARTINS, M. (1992-93). História e Memória de Bracara Augusta: um difícil diálogo passado-presente, *Forum*, 12-13, Braga, pp. 3-16.
- MARTINS, M. (1995) – A cidade como elemento romanizador: o exemplo de *Bracara Augusta*, *A Cidade e o mundo: Romanización e cambio Social*, 73.º Curso de Verán, Universidade de Vigo, pp.183-202.
- MARTINS, M. (1995). *Bracara Augusta*: a recuperação da memória urbana, *Forum*, Braga, pp. 63-84.
- MARTINS, M. e M. Delgado (1989-90). História e Arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta, *Cadernos de Arqueologia*, II, 6/7, Braga, pp. 11-38.
- MARTINS, M. e M. Delgado (1989/90). As necrópoles de *Bracara Augusta*. A. Os dados arqueológicos, *Cadernos de Arqueologia*, II, 6/7, Braga, pp. 41-186.

- MS, M., F. Sande Lemos e M. Delgado (1993) – Arqueologia Urbana em Braga, *Actas das III Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, pp.
- MS, M.; M. Delgado e J. Alarcão (1994) – Urbanismo e Arquitectura de *Bracara Augusta*: Balanço dos resultados, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXXIV (1-2), Porto, pp. 303-319.
- MS, M., M. Delgado, J. Alarcão (1994). Dezasseis anos de Arqueologia Urbana em Braga. Problemática da reconstituição de uma cidade romana, *Bracara Augusta*, XLV, 97 (110), Braga, pp. 71-85.
- MS, M. e M. Delgado (1995). *Bracara Augusta*: uma cidade na periferia do Império, *Actas do Colóquio Internacional de Arqueologia "Los finisterres atlanticos en la antiguedad (época preromana y romana)"*, (Julho 1995), Gijon, pp. 121-128
- MS, M., F. Sande Lemos; M. Delgado e A. Cunha (1996). *Bracara Augusta*, capital da *Gallaecia* meridional: história, urbanismo e arquitectura, *Congresso Internacional "Los Orígenes de la Ciudad en el Noroeste Hispánico"* (no prelo).
- N, H. B. (1978). O Salvamento de Bracara Augusta: 3 – Da cidade romana ao Campo Arqueológico da Universidade do Minho, *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, pp. 227-236.
- N, H. B. (1993). Para a história do salvamento de Bracara Augusta: 2 – A intervenção da CODEP, *Minia*, 3.ª série, 1, Braga, pp. 5-29.
- N, H. B. (1996). Para a história do salvamento de Bracara Augusta: 3. Bibliografia (1634/1996), *Minia*, 3.ª série, 4, Braga, pp. 147- 165.
- N, H. B. (1996). Para a História do Salvamento de Bracara Augusta: 1 – O papel da Universidade do Minho, *Forum*, 19, Braga, pp. 24-48.
- N, H. B. e E. Oliveira (1988). Documentos de Bracara Augusta. O Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha e a Defesa do Património Arqueológico de Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga, pp. 93-152.
- ORA, E. (1978). O salvamento de Bracara Augusta, IV. Os apontamentos arqueológicos de Braga de José Teixeira, *Minia*, 2.ª série, 1, Braga, pp. 20-44.

- OLIVEIRA, E. (1979). O Salvamento de Bracara Augusta, 6 – A Câmara Municipal de Braga e a Arqueologia, *Minia*, 2.ª série, 2 (3), Braga, pp. 164-197.
- OLIVEIRA, E. (1980). O Salvamento de Bracara Augusta, 7, Antigos Achados: tentativa de interpretação crítica, *Actas do Seminário de Arqueologia do NO peninsular*, 3, Guimarães, pp. 107-116.
- OLIVEIRA, E. (1985). Notícias arqueológicas de Braga em jornais bracarenses, *Conimbriga*, 24, Coimbra, pp. 5-83.
- OLIVEIRA, E. (1985a). Notícias arqueológicas de Braga em jornais bracarenses, *Conimbriga*, 24, Coimbra, pp. 5-83.
- OLIVEIRA, E. (1985b). Documentos para a História do Museu D. Diogo de Sousa. II, *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, Braga, pp. 179-194.
- OLIVEIRA, E. (1986). Documentos para a História do Museu D. Diogo de Sousa, III, *Cadernos de Arqueologia*, II, 3, Braga, pp. 171-195.
- OLIVEIRA, E. e I. Fernandes (1984). Documentos para a História do Museu D. Diogo de Sousa, *Cadernos de Arqueologia*, II, 1, Braga, pp. 109-134.
- OLIVEIRA, E.; E. S. Moura e J. Mesquita (1982). *Braga. Evolução da estrutura urbana*, Câmara Municipal de Braga, Braga.
- SILVA, I., C. Guimarães e L. Carneiro (1994). O Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa e a preservação e valorização das ruínas arqueológicas em Braga, *Bracara Augusta*, 45 (97), Braga, pp. 313-318.
- TRANOY, A. e P. Le Roux (1989/90). As necrópoles de *Bracara Augusta*. B. Les inscriptions funéraires, *Cadernos de Arqueologia*, 6/7, Braga, pp. 187-232.

Notas

- ¹ O texto do projecto foi redigido por Manuela Martins; a nota prévia, as notas de rodapé e a revisão são da responsabilidade de Francisco Sande Lemos.
- ² Circular do IPA, datada de 19 de Janeiro de 1998.
- ³ O projecto foi enviado em 27 de Fevereiro (ofício UAUM n.º 103/98).
- ⁴ Anteriormente já tinham sido remetidos ao ex-IPPC/IPPAR dois sucessivos projectos: um datado de 1981 e outro de 1988, superiormente aprovados.
- ⁵ Jorge Alarcão, Teresa Gamito, José Mateus, Francisco Sande Lemos e Cláudio Torres.
- ⁶ Ofício n.º 1860 de 15 de Junho de 1998.
- ⁷ Mais exactamente Grupo Técnico para o Desbloqueamento da Zona Arqueológica de Braga (GTDZAB).
- ⁸ Em curso através do projecto Geira.
- ⁹ Tal como se afirmou no Historial o projecto principiou em 1976, sob a responsabilidade de Francisco Alves, que abandonou a sua direcção a partir de 1980, quando foi nomeado Director do Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa.
- ¹⁰ Ainda que só nesta data tenha integrado formalmente a direcção do projecto de *Bracara Augusta*, Luís Fontes tem colaborado desde 1977 em escavações na cidade, destacando-se em particular na coordenação dos trabalhos arqueológicos da Sé-Catedral de Braga (1997/1998).
- ¹¹ Ainda que só nesta data tenha integrado formalmente a direcção do projecto, José Manuel Freitas Leite colabora nas escavações de Braga há mais de uma década, salientando-se o trabalho que realizou nas zonas do ex-Albergue Distrital e do Fujacal, para além de outras intervenções que seria longo enumerar.
- ¹² Prematuramente falecida num acidente de automóvel, em 1998.
- ¹³ Mestre.
- ¹⁴ Na sequência da conclusão da parte curricular da terceira versão do mestrado de Arqueologia (ano lectivo de 1997-1998) estão a preparar dissertações com temas no âmbito do projecto de *Bracara Augusta*: José Manuel Freitas Leite, Rute Palmeirão, Josélia Martins, Luísa Varela e Mário Cruz.
- ¹⁵ Tese de mestrado defendida em 16 de Setembro de 1998, sendo o candidato aprovado com a classificação de Muito Bom.
- ¹⁶ Tese de mestrado defendida em 21 de Outubro de 1998, sendo o candidato aprovado com a classificação de Muito Bom.
- ¹⁷ Pode ser consultada uma bibliografia mais completa no artigo de H. B. Nunes : (1996). Para a história do salvamento de *Bracara Augusta*: 3. Bibliografia (1634/1996), *Minia*, 3.ª série, 4, Braga, pp. 147- 165 e no artigo de Manuela Martins (1991-92) *Bracara Augusta*: a memória de uma cidade, *Cadernos de Arqueologia*, II, 8/9, Braga.